

## Depoimento para a História da CNBB

*Paulo Evaristo, CARDEAL ARNS*  
Arcebispo Emérito de São Paulo

Não tive a graça de estar presente na hora em que o Espírito Santo fez surgir o CELAM, nem tampouco quando suscitou a caríssima CNBB.

Tive a primeira ocasião de participar de uma Assembléia em 1967, em Aparecida, quando descobri que, além das questões religiosas, os pobres mereciam atenção especial. Até tive a honra de fazer parte da comissão em favor da Moradia, presidida por Dom Fernando Gomes, de Goiânia, e contando com a participação de Dom Luciano Cabral Duarte. Lembro-me que nossa proposta em favor da moradia dos pobres nem chegou a ser discutida em plenário, deixando magoado o nosso presidente, Dom Fernando Gomes.

Fui também, no final dos anos sessenta, escolhido como Secretário para a Educação na então Comissão Central. Pude assim unir a associação de Educação Cristã, da qual fora Vice-Presidente, com os trabalhos da CNBB em favor dos jovens, sobretudo após a reunião dos Bispos em Medellín (1968).

O regime opressivo sempre nos obrigava a tomar alguma posição no terreno social ou político, ao lado das questões religiosas que nos eram confiadas. Foi um tempo maravilhoso, sobretudo quando assumiram a presidência os nossos queridos bispos-primos Lorscheider e Lorscheiter e, em seguida, Dom Luciano Mendes de Almeida.



De 1970 até 1986, pude acompanhar muito de perto toda a evolução da ditadura militar e verificar quanto ela favorecia a classe rica, tirando ao mesmo tempo a comida da mesa do trabalhador e do pobre em geral. Foi sobre essa época que publicamos em 1985, com a ajuda de muitos irmãos bispos, o livro *Brasil, Tortura nunca mais*, que levou seis anos para ser elaborado.

Todas as reuniões da CNBB nos uniam sempre mais estreitamente com o povo sofrido, levando o Evangelho como nova esperança para o coração dos brasileiros.

## Reflexões sobre o Jubileu de Ouro da CNBB

*Dom Ivo Lorscheiter*  
Bispo de Santa Maria – RS

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB, celebra neste ano, concretamente a 14 de outubro, o Jubileu de Ouro da sua existência. Bem antes de o Concílio Vaticano II declarar obrigatórias as Conferências Episcopais em todos os países, já o Brasil, em 1952, criava a sua Conferência Episcopal, em histórica reunião realizada no Palácio São Joaquim, no Rio de Janeiro. Será útil mencionar que muito concorreram para tal fundação os Leigos do Brasil, principalmente a Ação Católica. Em suas Semanas Nacionais e especialmente no famoso Congresso Internacional do Apostolado dos Leigos, celebrado em Roma em 1951, sempre afluíam expressões como esta: «Tudo isto vai ser possível se for criada no país uma Conferência de Bispos». E no Rio de Janeiro começava a circular esta frase simbólica: «Da Rua México (ali estava a sede da Ação Católica) até ao Palácio São Joaquim (ali foi fundada e sediada a CNBB).

Antes do Brasil, já os Estados Unidos, a França e a Alemanha haviam criado suas Conferências Episcopais. Entre nós, quem muito trabalhou na concretização da idéia foi o Nuncio Apostólico Dom Carlos Chiarlo, os 2 Cardeais Brasileiros de então – o de São Paulo e o do Rio de Janeiro, bem como o Mons. Helder Câmara, Assistente da Ação Católica Brasileira. Estas pessoas encontraram decisivo apoio em Roma, na pessoa do Arcebispo João Batista Montini, direto colaborador do Papa Pio XII, na Secretaria do Estado.

No início, eram membros da CNBB somente os Arcebispos do Brasil; mas, depois de pouco tempo, todos os Bispos do País foram inscritos como Membros. Será oportuno recordar aqui as memoráveis palavras dirigidas ao episcopado brasileiro pelo Papa João Paulo II no belo encontro de Fortaleza, a 18 de julho de 1980: «Formais hoje o



corpo episcopal mais numeroso do mundo. Ao número bem corresponde a intensa atividade que desdobrais no pastoreio de uma Igreja jovem e dinâmica como é a vossa. Por isso mesmo, e pelas promissoras perspectivas de vosso país, o episcopado de que fazeis parte assume um prestígio, mas também uma responsabilidade que vão bem além das fronteiras de vossas dioceses e da própria nação: responsabilidade perante a Igreja inteira... Não posso esquecer o caráter quase pioneiro desta Conferência. Ela nasceu, já com este nome de Conferência de Bispos, no longínquo 1952, uma das primeiras do mundo, e se constituiu, muito antes que o Concílio Vaticano II pusesse em nova luz a doutrina da colegialidade episcopal e preconizasse justamente as Conferências Episcopais como expressão peculiar e órgão particularmente apropriado dessa colegialidade».

Uma das benemerências da CNBB foi e é a introdução do processo de Planejamento Pastoral no Brasil, primeiramente através do «Plano de Emergência» (1962-1965), depois através de sucessivos «Planos de Pastoral de Conjunto» e atualmente através das «Diretrizes Gerais de Evangelização».

Neste Jubileu de Ouro, ao lado do nosso pedido de perdão pelas falhas e pecados cometidos, queremos oferecer ao bom Deus sinceros louvores pelo bem realizado, e humildes súplicas pela história futura da nossa Conferência Episcopal.

*Encontros Teológicos quer ser um espaço de «Encontro», diálogo e partilha entre articulistas e leitores. Ela tem como finalidade promover «Encontros». E neste espaço o fazemos através de um painel, como que uma mesa redonda, formada por alguns bispos do Regional Sul IV e de outros regionais. Eles nos dão um testemunho sobre o significado do Concílio Vaticano II e da CNBB para o ministério episcopal. Trata-se de uma partilha fraterna, que bem expressa o espírito e a afetividade episcopal características do Concílio e da CNBB. Agradecemos aos bispos que aqui contribuem conosco, enriquecendo-nos com o espírito de comunhão na Igreja.*

## O que o Concílio representou para o ministério episcopal?

*Dom Hilário Moser*  
Bispo de Tubarão – SC

Costuma-se dizer que o Concílio Vaticano II foi o Pentecostes do século 20. Oxalá no Concílio tivesse acontecido a *plenitude* do primeiro Pentecostes. Teríamos visto sair do Vaticano *homens corajosos, alegres e cheios do Espírito Santo*, como ocorreu com os primeiros apóstolos.

Certamente, o Espírito agiu de forma intensa no Vaticano II. Todavia, quis fazê-lo de forma *invisível*. Do ponto de vista *visível*, o que nós podemos observar saindo do Vaticano foram *homens trazendo nas mãos grossos documentos*. Não tenho dúvidas de que esses documentos são o dom mais precioso do Espírito Santo para o nosso tempo: trata-se, na verdade, de belas reflexões, repletas de sabedoria

Depoimentos



evangélica e eclesial. Todavia, assim como a antiga Lei não trazia em seu bojo o Espírito de Vida, também os textos conciliares, por si sós, não transformam: só o Espírito Santo pode fazê-lo.

Eis, então, que retorna a pergunta feita acima. Ela poderia ter dupla resposta. Uma seria a de verificar quanto *os documentos conciliares* influíram no ministério episcopal após o Concílio. Outra, *a mais importante e a mais decisiva para a Igreja*, seria a de verificar quanto *o Espírito do Senhor* agiu nos corações episcopais e quanto esses corações se deixaram trabalhar por Ele. Esta segunda resposta, porém, só o Espírito a pode dar. Por isso, ocupemo-nos só da primeira.

Em síntese, pode e deve-se dizer que o *Espírito Santo*, servindo-se da sabedoria dos documentos conciliares, teve e tem grande influxo no coração, na vida e no ministério dos sucessores dos apóstolos. Instrumento do Espírito são particularmente *algumas linhas de reflexão* que o Vaticano II nos transmitiu, quais *amplos horizontes* que os olhos de cada bispo devem contemplar e os corações precisam acolher. Indico sete deles:

1. A consciência de os bispos serem “de fato” *sucessores dos apóstolos*. Insisto no “de fato” porque esta consciência me parece ter diminuído em bispos, padres e leigos... Em quantos, só Deus sabe, mas que diminuiu é certo. A tendência é a da *reduzir* o bispo a líder comunitário, coordenador dos organogramas pastorais, assessor de inúmeras reuniões, e a outras coisas mais. Isso tudo, sim, ele deve ser; não pode, porém, ser reduzido só a isso. *Antes e acima de tudo, ele é sucessor dos apóstolos*. Quais seriam as conseqüências práticas, se essa *visão de fé* que está faltando fosse viva?

2. O bispo *está ligado de forma personalizada a Cristo*. Deveria continuar a ser verdade que Jesus, ainda hoje, continua a “chamar os que Ele quis” (Mc 3,13). De Cristo, pessoalmente, o bispo recebe a missão de ser pastor: eis a razão pela qual ele não é, na diocese, o representante do papa, embora ao papa deva estar ligado como o ramo ao tronco. Com Cristo, o bispo precisa manter contato constante e profundo, consciente de que ele não é senão o *suporte vivo e pessoal* para que Cristo seja visto, ouvido, tocado pelo Povo de Deus. Também aqui trata-se de problema *para a consciência do bispo*: se ele não intensificar seus laços com Jesus, aos poucos, seu episcopado perde significação.

3. *A colegialidade episcopal*: é este um caminho que ficou longamente esquecido e que agora é retomado, caminho novo que ainda está em seus primeiros quilômetros de percurso. Será preciso caminhar decididamente por ele, se os bispos quiserem ser o grupo dos “doze” para os tempos futuros.

4. A redescoberta sempre mais plena e profunda da *missão episcopal*: *o bispo é profeta, sacerdote e pastor*. Essas três dimensões do ministério



episcopal, todos os conhecemos. Longe estamos, porém, de as exercermos da forma como o Espírito Santo gostaria. Ser *profeta* exige coragem e ousadia. Ser *sacerdote* requer oração e renúncia. Ser *pastor* pede doação e entrega da própria vida. Não faltam bispos assim. Como negar, porém, que muitos estamos aquém da margem do rio?

5. *O relacionamento e o empenho do bispo* para com seu presbitério e cada um de seus padres; com os seminaristas em formação; com os religiosos e religiosas; com a formação dos leigos comprometidos na vida eclesial; com o ecumenismo e o diálogo inter-religioso. Não são poucos nem pequenos esses compromissos...

6. O bispo, em particular, precisa empenhar-se em alargar os horizontes de sua diocese para o *espírito missionário*. Facilmente as dioceses correm o perigo de se fecharem sobre si mesmas, interessadas apenas em seus belos planos pastorais, desconhecendo a Igreja de Deus que está em todo o mundo e o mundo todo que precisa da Igreja de Deus.

7. Do bispo se espera, finalmente, que seja *a testemunha de Jesus perante a sociedade e o mundo de hoje*. Sociedade e mundo são, hoje, realidades plurais tão “fora dos trilhos” do Evangelho de Jesus... Esse testemunho, às vezes, postula *a coragem do martírio*. Não nos faltam exemplos atuais de bispos mártires.

Estas, em síntese, me parecem as linhas de ação que o Espírito Santo “revelou” aos padres conciliares no Vaticano II. Não são propriamente um caminho novo, mas exigem *nova consciência, nova coragem e nova alegria* nos sucessores dos apóstolos. Tenho certeza de que o Sínodo dos Bispos de 2001, ao abordar como tema exatamente o ministério episcopal, deu boa contribuição para que os bispos do novo milênio se tornem mais parecidos com os apóstolos da primeira hora da Igreja.

Se no Vaticano II o Espírito Santo não agiu da mesma forma como no dia de Pentecostes, quem, porém, ousaria negar que *ele habita no coração do bispo*? Vejam, pois, os bispos quanto lhes falta para serem como os primeiros apóstolos: *homens corajosos, alegres e cheios do Espírito Santo*.

## O que a CNBB representa no seu ministério episcopal?

Antes de tudo, quando se fala em CNBB, há o perigo de entendê-la mais como *organismo burocrático* do que como *a comunhão eclesial dos bispos*.

Considerar a CNBB enquanto órgão burocrático seria empobrecedor. Entretanto, erraríamos ao perguntar se não é esse um perigo em que se pode facilmente incorrer? Ou no qual já não se teria incorrido com certa frequência?



Se assim fosse, não faltariam questões decisivas a debater no que tange à relação das dioceses e dos bispos locais com a CNBB.

É melhor ver a CNBB desde o ângulo correto, isto é, enquanto *tentativa de realizar a colegialidade episcopal*, indicada pelo Concílio como novo caminho a percorrer pelos bispos para o bem da Igreja. Nesse contexto, convém que cada bispo e a CNBB como um todo se examinem a respeito da *fidelidade ao espírito do Concílio e da fidelidade ao Espírito Santo* que conduz a Igreja.

Na medida dessa fidelidade é que o bispo vai encontrar ou não na CNBB o apoio de que necessita para uma ação mais propriamente eclesial. Como sempre, o fator decisivo é *a consciência de cada bispo*. Segundo palavras do Cardeal Newman, “a consciência é o primeiro Vigário de Cristo”.

É evidente que, do ponto de vista de *serviços eclesiais*, a CNBB oferece ao bispo um leque plural de estímulos, orientações, sugestões... Desde que a pastoral deve ser pastoral das necessidades e pastoral das possibilidades, depende de cada bispo e diocese servir-se de tão abundantes ofertas. Se os diversos organismos da CNBB se mantiverem no nível de suas competências, sem ultrapassá-las em prejuízo da autonomia das dioceses, com certeza, o bispo local encontra nos serviços da CNBB grande ajuda para a vida eclesial.

Seja como for, é fundamental para a consciência do bispo *dar atenção ao Espírito Santo que vive em seu coração* e, à luz desse Espírito, agir como ensina São Paulo quando diz: “Não apagueis o Espírito, não desprezeis os dons de profecia, mas examinaí tudo e guardai o que for bom” (1Ts 5,21).

Prefiro, porém, terminar dizendo que entre um bispo que, sozinho, faz maravilhas, e um outro que, por agir em comunhão com os outros, é mais lento e faz coisas menos grandiosas, parece-me agradar mais a Deus este último. Afinal, como ensina São João, Jesus morreu “para congregar *na unidade* os filhos de Deus dispersos” (Jo 11,52). Além disso, a fim de assegurar para seus apóstolos a “graça da comunhão”, o Filho de Deus rezou assim: “*Que todos sejam um*, como tu, Pai, estás em mim, e eu em ti. Que eles estejam em nós, a fim de que o mundo creia que tu me enviaste” (Jo 17,20-21). Estou certo de que esta oração vale também para os atuais sucessores dos apóstolos.

Sendo assim, penso que *a melhor pastoral que a CNBB pode promover é a pastoral da comunhão eclesial*: disso dependerá de maneira específica se o mundo vai ou não acreditar em nós.

#### Endereço do autor

Caixa Postal 491 – 88701-970, Tubarão, SC  
dhmsdb@cyber.com.br



## O que o Concílio Vaticano II representa para o seu Ministério Episcopal?

Dom Angélico Sândalo Bernardino

Bispo de Blumenau – SC

O Vaticano II colocou a Igreja, de modo vibrante, no coração da Trindade e nos ensinou que, à imagem desta Comunidade perfeita, devemos ser comunidade, Povo de Deus. O Vaticano II utiliza-se de várias expressões, conceitos, para descrever a Igreja: Corpo Místico de Cristo, Família de Deus, Sacramento de Comunhão, Mistério... Dedicou um capítulo todo para a Igreja «Povo de Deus»! Não se trata de uma expressão entre outras. Estamos diante de conceito eixo, conceito base que, segundo De Lubac é «uma das maiores originalidades do Concílio Vaticano II»; «além de deslocar a concepção de mistério de sua impostação cristológica para uma trinitária, dá-se-lhe uma concreitude histórica: a Igreja é mistério, sendo Povo de Deus».

Antes, pois, de falar dos Bispos, o Concílio falou do Povo de Deus. Colocou o bispo como pertencente a este Povo e seu servidor! E citou palavras do santo bispo de Hipona, Agostinho, que devem ecoar com frequência no coração dos Bispos: «Atemoriza-me o que sou para vós; consola-me o que sou convosco. Pois para vós sou bispo; convosco sou cristão. Aquilo é um dever; isto, uma graça. O primeiro é um perigo; o segundo, salvação» (Santo Agostinho, Sermão 340).

- Para os Bispos, o Vaticano II grita a urgência da colegialidade. Formamos um corpo, colégio episcopal, «com e sob Pedro», o Papa.
- A responsabilidade evangelizadora episcopal não se restringe à Diocese, unicamente, mas se alarga à solicitude



## COLÉGIO CATARINENSE 1905 – 2002

97 ANOS – RUMO AO CENTENÁRIO

Rua Esteves Júnior, 711  
88015-530 – Florianópolis – SC  
Fone: (48) 251-1500  
[www.colegiocatarinense.g12.br](http://www.colegiocatarinense.g12.br)

## O Vaticano II, a CNBB e o meu Ministério Episcopal

*Dom Orlando Brandes*  
Bispo de Joinville – SC

### 1. Vaticano II – Uma Bênção

Cursei teologia em Roma entre 1968 – 1973 no forte do pós-Concílio. Cheguei em Roma levando comigo o “Documento de Medellín”, que significava uma atualização do Concílio na América Latina. Aprendi os valores da teologia tradicional e recebi o *aggiornamento* da teologia Conciliar. Em Roma, fiz um curso especial, sobre os documentos do Vaticano II. A Providência conduzia-me por um caminho inaudito: saber acolher a tradição sem tradicionalismos, acolher o novo, sem radicalismos. É assim que hoje me vejo na Igreja como pastor e, no meu passado, como professor de teologia.

Às vezes me pergunto, se tudo isso não significa estar “em cima do muro”. Reflito, rezo, dialogo e chego à conclusão de que se trata de uma “feliz síntese”, entre as coisas novas e velhas, próprias do Reino. O olhar para o passado, ajuda a acolher e aprender com o tesouro da experiência e da tradição. O olhar para frente, ajuda a discernir os sinais dos tempos, a ser fiel ao hoje da salvação. Respeito muito quem tem uma consciência mais ortodoxa e tradicional, como quem é portador de uma consciência mais crítica e libertadora.

Quando lemos os textos do Concílio, encontramos neles esta feliz síntese: metade do texto refere-se à tradição e outra metade à inovação. Assim era a aula conciliar: bispos tradicionais e bispos renovadores. Para mim, o Concílio é uma bênção. Abriu a Igreja para o mundo, para a modernidade, sabendo conservar a sã doutrina. Gosto de repetir o que aprendi: que o Vaticano II é “*lumen, non limen*”, ou seja, o Concílio é uma luz e não um limite. Luz para águas mais profundas.



Estou relendo os textos conciliares. Eles têm o sabor da palavra divina. Alguns textos já estão ultrapassados, à espera de um novo Concílio. As maiores mudanças que o Vaticano operou em mim foram no campo da liturgia, da formação no seminário, da eclesiologia, do ecumenismo, da bíblia, na vida e na teologia. Tudo isso, ainda hoje, é uma bússola no meu ministério episcopal e antes como professor de teologia. Não me dou bem com tradicionalismos neo-conservadores, nem com os liberacionismos radicalistas. No meio está a virtude, o bom senso, a síntese, a coincidência dos opostos. Sociologicamente, a melhor posição é a de centro-esquerda. Na Igreja, parece-me uma posição auspiciável a de renovação, ou seja, fidelidade ao Concílio com a propensão para águas mais profundas, ulteriores aberturas, como é o caso da doutrina social da Igreja, do ecumenismo, dos ministérios.

Sob a luz do Concílio, não posso concordar com a volta do neoconservadorismo de determinados movimentos e espiritualidades fundamentadas em aparições pessoais, revelações individuais, fechamento em relação ao ecumenismo etc. etc. Ainda sob a luz do Concílio, penso que algumas propostas liberacionistas são demasiado apressadas e até ideologizadas.

## 2. A CNBB – Uma Inspiração

A CNBB para mim é feita de alegrias e tristezas, angústias e esperanças. As alegrias e esperanças dizem respeito ao convívio, entre-ajuda e amizade com diferentes pastores da Igreja do Brasil. Quantos santos e mártires ainda vivos. Em nossa última assembléia diocesana, os leigos disseram que nossa diocese está em comunhão com a CNBB. Neste ponto sou muito claro, e espero, fiel. As propostas pastorais e a dimensão social do evangelho e da fé são colocadas em prática, sempre em sintonia com a CNBB, que é um reforço para meu ministério nas questões sociais. Sou até mal interpretado por setores da sociedade local, por querer ser fiel à CNBB, no sentido da comunhão, pastoral de conjunto, sintonia e abertura.

A CNBB me encoraja no profetismo da ação transformadora, na consciência crítica. Claro que tenho meus filtros pessoais, mas julgo isso normal. Não faço da CNBB um pedestal para minha promoção pessoal, mas o que assumo, faço-o por convicção. De certo modo, a CNBB me força a estudar questões, tomar posições, enfrentar problemas que sózinho não seria possível.

Se a CNBB não existisse, iríamos criá-la, porque é uma necessidade vital para a Igreja. Uma coisa é “aquela CNBB” que a mídia tenta desfigurar, outra é a CNBB enquanto assembléia de pastores no seu dia a dia em Itaici. A unidade dos bispos é incentivo, as diferenças enriquecem, as experiências partilhadas são escolas da vida. Portanto, a CNBB é uma inspiração para o meu ministério.



Quanto às tristezas e angústias, a CNBB faz a experiência das limitações que lhe são inerentes. Por exemplo, falta de tempo para uma troca de experiência e entre-ajuda partilhadas em grupo. Com muitos irmãos bispos o relacionamento não passa de um bom dia ou de um “quem é o senhor? Qual a sua diocese?” É uma pena. Penso que uma partilha de vida seria um aprendizado em comum, aprofundaria a amizade, cresceria a entre-ajuda e até a consciência missionária e a partilha de bens. Como é comovente ouvir bispos dizerem que sua diocese tem apenas 4 ou 8 padres diocesanos idosos, doentes etc. Outro bispo que leva sete anos para percorrer a diocese num ciclo de visita pastoral. Outro ainda, indo de barco, depois a cavalo, depois a pé, até chegar às casas das pessoas.

Como acontecia no Vaticano II, havia o Concílio da sala conciliar e depois o “concílio dos corredores”. Assim também na CNBB. Há estruturas criadas das quais é difícil desfazer-se. Como se sentem os bispos eméritos? Como se sentem os bispos novos? Há bispos que se impõem pela honorabilidade, outros pelos cargos, outros pela experiência na CNBB, e daí vem a “CNBB das mesas e corredores”, onde saem coisas que não são ditas no microfone. Isto tudo é absolutamente normal e sadio. Mas, há queixas de “rolos compressores” de um lado e de outro. Vence, porém, a unidade, a pastoral de conjunto, o amor fraterno. A CNBB é uma inspiração.

## O que o Concílio Vaticano II representou para o ministério episcopal na Igreja?

*Dom Paulo De Conto*  
Bispo de Criciúma

O Concílio foi e é uma grande bênção para a Igreja e o ministério episcopal. Entre tantos aspectos positivos, destaco dois que para mim são significativos:

1 – **A colegialidade servicial** – os bispos como precessores dos Apóstolos sentem-se mais unidos e mais integrados afetiva e efetivamente. Com testemunho de unidade esforçam-se para caminhar com o povo. O papa eliminou a «cátedra» - «deixou de ser transportado na cadeira cheia de pomposidade. Com os pés no chão, caminha com humildade mostrando-se irmãos de todos. O mesmo não é mais servido e sim como peregrino torna o mundo sua casa onde acolhe a todos. Assim também o bispo, no seu ministério deixa o autoritarismo de lado para ser exemplo de comunhão, de partilha, de humildade, junto aos mais necessitados. Procura agir colegialmente com seus irmãos bispos e com seu presbitério. Assim sendo, o Concílio contribuiu para que o bispo seja autêntico servidor do Evangelho.

2 – **Bispo ministro – animador de ministérios**

Ao meu ver, com o Concílio o bispo torna-se mais simples, mais humilde. Como servo, não dita as leis e sim é aquele que encarna o espírito da Igreja ministerial. A partilha dos bens materiais e espirituais é condição para vida feliz em comunidade. O bispo então, tendo



presente o ministro que é, caracteriza-se por ser um animador de ministérios. É aquele que está sempre ao lado de todos os ministros especialmente dos ordenados e instituídos.

### **O que a CNBB representa para o seu ministério episcopal?**

Sou bispo há 11 anos. Sinto-me perfeitamente integrado com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Vejo-me irmão e servo de todos os bispos. Isto me incentiva a ser irmão e servo do presbitério na Igreja Particular.

Nos seus 50 anos de existência, a CNBB tem amarcado de modo positivo a colegialidade dos bispos. Não me sinto franco atirador. É com os irmãos que procuro testemunhar e agir. Muitos aspectos positivos é possível citar, como: o profetismo, o testemunho, a evangélica opção pelos pobres, o espírito de comunhão e solidariedade. O que mais marca o Brasil é a espiritualidade de comunhão existente entre os bispos. Os documentos, as Assembléias, as Diretrizes..., tantas e tantas orientações fazem com que a CNBB more no coração de cada bispo. Quero também destacar o processo que a Campanha da Fraternidade vem marcando a evangelização. A CNBB representa Jesus Cristo auxiliando no processo de evangelização. A CNBB é fundamental para a minha vida ministerial. É a vida dos bispos e da Igreja.



*O artigo trata do cuidado pastoral da Igreja/CNBB com as vocações e os ministérios. E o faz em três passos: apresentando elementos da história do trabalho vocacional da Igreja no Brasil, do período tridentino aos dias de hoje. Em seguida, o autor apresenta as balizas teológicas que permitem colher os avanços da Igreja no Brasil, em seu cuidado pastoral para com as vocações e ministérios, dando especial destaque para: vocação batismal de todo o povo de Deus, a animação vocacional no contexto eclesial latino-americano, a necessidade do fundamento teológico na animação vocacional, as bases antropológicas da vocação, e a animação vocacional como serviço prioritário na Igreja de servidores. Finalmente, são feitas algumas projeções indicativas para o futuro da animação vocacional na Igreja/CNBB. Aqui, alerta para a necessidade de, diante das novas situações, cultivar o espírito de vigilância, ao mesmo tempo que se faz necessário manter seu comportamento profético característico. Fundamental para isso é a atenção aos desafios presentes e a retomada do bom espírito do Vaticano II, como base para a promoção de todas as vocações e todos os ministérios.*

## **Igreja: Povo de servidores – O Serviço de Animação Vocacional da CNBB**

*José Lisboa Moreira de Oliveira, SDV*